

Nesta Edição:

- Medida Provisória 627 é debatida em Comissão Mista;
- Relatório da MPV 628/2013 contempla condições diferenciadas de pagamentos para municípios em situações de emergência e prorrogação do REINTEGRA;
- Comissão Mista realiza segunda audiência pública da MPV 627;

Comissão Mista realiza segunda audiência pública da Medida Provisória 627/2013

A Comissão Mista constituída para analisar a Medida Provisória 627, que extingue o Regime Tributário de Transição (RTT) após a adoção pelo Brasil das regras contábeis internacionais (IFRS) e dispõe sobre a tributação de empresa domiciliada no Brasil com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de lucros obtidos no exterior por controladas e coligadas, realizou hoje a segunda audiência pública. Participaram do evento representantes do Ministério da Fazenda, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Carlos Pelá, representante da CNF, defendeu alguns aperfeiçoamentos no texto da Medida Provisória, como permitir a dedutibilidade do ágio nas operações de aquisição feitas via trocas de ações, com partes dependentes e em estágios e prever tratamento fiscal para despesas com emissões de instrumentos híbridos de capital.

Nelson Zafra, representante do CFC, levantou alguns problemas da Medida Provisória. Para ele, evidenciar contabilmente em subconta vinculada ao ativo os valores decorrentes de ajuste de variação patrimonial para fins de dedução na apuração do lucro real desencoraja o registro do ajuste. Em sua opinião, melhor seria um controle seja opcional e irretroatável durante o ano-calendário.

Marcelo Hipólito, da ABDIB, focou sua apresentação no tratamento fiscal dado aos contratos de concessão pública. A Medida Provisória prevê o tratamento tributário a ser observado na apuração do IRPJ e da CSLL das receitas decorrentes de contratos de concessão de serviços públicos reconhecidos como ativo intangível, para os contribuintes do lucro real e do lucro presumido. Segundo Hipólito, o texto em apreciação no Congresso eleva a carga tributária na medida em que provoca um descasamento entre o critério temporal de incidência da receita decorrente de contratos de construção para fins de IRPJ e CSLL, PIS e COFINS, o que gera tributação do mesmo fato econômico em momentos diversos.

panel

■ Instalada Comissão Especial sobre Eclusas

Na tarde de hoje instalou-se a Comissão Especial que irá discutir sobre o PL N° 5335/09. O projeto tem por objetivo tratar da transposição hidroviária de níveis com o intuito de obrigar que a construção de barragens ocorra de forma concomitante à construção, total e parcial, de eclusas.

Foram eleitos: para Presidente o Dep. Bernardo Santanna (PR/MG), 1° Vice o Dep. Nilton Leitão (PSDB/MT), 2° Vice o Dep. Jesus Rodrigues (PT/PI), o 3° Vice o Dep. Nelson Pandovani (PSC/PR) e como relator o Dep. Eduardo Sciarra (PSD/PR).

Serão realizadas 5 audiências públicas e visitas à usinas. A abertura do prazo para apresentação de emendas será após o término das Audiências Públicas e a próxima reunião está agendada para o dia 12/03/2014.

Relatório da MPV 628/2013 contempla condições diferenciadas de pagamentos para municípios em situações de emergência e prorrogação do REINTEGRA

Foi apresentado nesta data, no âmbito da Comissão Mista da Medida Provisória nº 628/2013, relatório do Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que concluiu pela aprovação da Medida na forma de um Projeto de Lei de Conversão - PLV.

O relatório contemplou diversas emendas, com destaque à de número 19, apresentada pelo Sen. Eduardo Amorim - PSC-SE, a qual dispunha sobre condições diferenciadas de pagamento para os municípios que estejam enfrentando situações de emergência ou de calamidade pública nas regiões do Norte e Nordeste.

As emendas 14 e 30 a respeito da prorrogação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA, apresentadas pelo Sen. Inácio Arruda - PCdoB/CE e pelo Dep. Alfredo Kaefer - PSDB/PR, respectivamente, foram parcialmente contempladas. No texto do PLV, o regime ficou prorrogado até 31 de dezembro de 2014, ao passo que, nas emendas, a sugestão é que fosse estendido até 31 de dezembro de 2017.

A CNI entende que o REINTEGRA proporciona a correção do sistema tributário no que se refere à tributação de exportações, vez que busca resolver uma das formas pelas quais a tributação onera as exportações brasileiras: o acúmulo de saldos credores de tributos pelas empresas que não são compensados. A demora no ressarcimento em espécie dos saldos credores faz com que as empresas incorram em elevados custos financeiros. A prorrogação do regime, contudo, deveria ser estendida, pelo menos, até o final de 2017, concedendo tempo e oportunidades para que as distorções sejam resolvidas e os efeitos positivos da medida repercutam na economia brasileira.

O relatório apresentado deve ainda ser apreciado pela Comissão Mista antes de seguir para Câmara dos Deputados e Senado. A Medida Provisória perde sua eficácia em 09 de março de 2014.

Comissões Permanentes da Câmara elegeram hoje presidentes e vice-presidentes

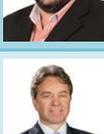
A Câmara dos Deputados instalou hoje, 21 das 22 comissões permanentes, com a eleição dos presidentes e vice-presidentes, para um ano de mandato. Todos os nomes foram previamente definidos pelos partidos que atuam na Casa.

Desta forma, o PT que possui a maior bancada da Casa (87 deputados), ficou com a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), a maior (66 titulares) e mais importante. Já o PMDB, segundo bancada da Câmara (75 deputados), ficou com outro colegiado importante, a Comissão de Finanças e Tributação, que é responsável pela análise de adequação orçamentária e financeira de todas as propostas em tramitação.

O único colegiado que ainda não elegeu seus dirigentes foi a Comissão de Legislação Participativa. Por falta de quórum, a instalação foi adiada para o dia 12 de março. O indicado para presidir a comissão pelo PSC é o deputado Zequinha Marinho, do Pará.

As Comissões Permanentes ficam assim distribuídas:

Comissão	Partido/ UF	Presidente	
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	PR/ RJ	Paulo Feijó	
Amazônia, Integração Nacional, e de Desenvolvimento	PROS/ CE	Domingos Neto	
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	PSDB/ SP	Ricardo Tripoli	
Constituição e Justiça e de Cidadania	PT/ SP	Vicente Cândido	
Defesa do Consumidor	PSD/BA	Sérgio Brito	
Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	SDD/PE	Augusto Coutinho	
Desenvolvimento Urbano	PMDB/MG	Mauro Lopes	
Direitos Humanos e Minorias	PT/PR	Assis do Couto	
Educação	PSB/RJ	Glauber Braga	
Esporte	PDT/ PB	Damião Feliciano	
Cultura	PCdoB/BA	Alice Portugal	
Finanças e Tributação	PMDB/CE	Mário Feitoza	

Fiscalização Financeira e Controle	PMDB/PB	Hugo Motta	
Legislação Participativa	PSC/PA	Zequinha Marinho	
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	PPS/PA	Arnaldo Jordy	
Minas e Energia	PSD/MG	Geraldo Thadeu	
Relações Exteriores e de Defesa Nacional	PSDB/MG	Eduardo Barbosa	
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	DEM/AM	Pauderney Avelino	
Seguridade Social e Família	PT/BA	Amauri Teixeira	
Trabalho, de Administração e Serviço Público	PP/MG	Luiz Fernando Faria	
Turismo	PP/RS	Renato Molling	
Viação e Transportes	PTB/SP	Arnaldo Faria de Sá	

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Vladson Bahia Menezes | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloyio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.